



Rádio Comunitária: Ouvintes e Usuários¹

Caetano Cury NARDI²
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

Resumo: Este trabalho propõe uma reflexão sobre os desafios da realização de uma programação democrática em rádios comunitárias. O objeto deste estudo de caso é um programa jornalístico da Rádio Comunitária 87 FM de Guaxupé-MG. O artigo apresenta em seu referencial teórico a conceituação do rádio como veículo dialógico. Posteriormente, narra os processos de implantação e execução do programa e mostra a visão dos atores envolvidos sobre a importância da diversidade de vozes no radiojornalismo. A ideia de rádio democrática está vinculada diretamente com a prática da cidadania e o seu bom funcionamento depende da compreensão do significado da pluralidade.

Palavras-chave: Rádio Comunitária, Radiojornalismo, Pluralidade, Interatividade.

Introdução

Bom dia! Gostaria de deixar a minha opinião a respeito da mudança da Câmara dos Vereadores para o prédio do antigo Fórum. Aquela prédio é muito lindo, é um patrimônio histórico devido a sua arquitetura maravilhosa! Ele deveria ser ocupado para fins mais dignificantes como, uma biblioteca, um museu, ou algo em que o povo pudesse visitar suas dependências para algo útil e bonito aos nossos olhos. São tão poucas as sessões da Câmara e acho que não há necessidade para essa mudança. Bem, essa é a minha simples opinião e agradeço pela oportunidade de podermos dar nossas sugestões através deste site. (e-mail da ouvinte Vera Lúcia Rodrigues enviado para a 87 FM em 04/08/2011)

A participação do ouvinte não deve ser encarada como uma *simples opinião*, mas como referencial para a condução de um radiojornalismo consistente. Apresentamos aqui um estudo de caso que aborda o “Giro Por Guaxupé”, programa radiojornalístico da Rádio Comunitária 87 FM de Guaxupé-MG e suas ferramentas de interatividade. A emissora, sendo um laboratório de produção radiofônica, considera o “Giro” como produto destas experiências. O texto aproxima a realidade do programa com teorias que defendem a abertura democrática como caráter essencial do rádio.

Ao ter vivenciado as etapas de construção do programa, é possível acreditar que o registro deste processo possa ser útil tanto no campo da pesquisa como na prática. Neste

¹ Trabalho apresentado no DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania, do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 28 a 30 de junho de 2012.

² Publicitário; coordenador e apresentador da Rádio Comunitária 87 FM de Guaxupé de 2004 a 2011; aluno especial da disciplina Diálogos Radiojornalísticos do Curso de Jornalismo da ECA-USP, email: caetanocury@gmail.com.



texto, analisamos os procedimentos utilizados na Rádio Comunitária 87 FM de Guaxupé por meio de entrevistas com os atores do processo e consulta documental, além do método de observação visto da integração do pesquisador como membro da rádio.

Rádios livres e comunitárias

“Na minha opinião, vocês deveriam tentar fazer do rádio uma coisa realmente democrática” (BRECHT In MEDITSCH, 2005, p.36). Assim, Bertold Brecht introduz sua “Teoria do Rádio”, uma utopia profética³ concluída em 1932. No ensaio, o autor sugere que o rádio tenha “duas caras”, que não seja um simples emissor de mensagens. A proposta de Brecht é que o veículo possibilite o intercâmbio entre as classes sociais (“converter os informes dos governantes em respostas às perguntas dos governados”) e que principalmente saia de uma condição decorativa para assumir um protagonismo social, em que o público, além de ser instruído, possa também instruir.

Do ponto de vista técnico, a interatividade proposta por Brecht, é viável. Enzensberger (1980) aponta que não existe diferença fundamental no sistema de transmissão e recepção e que os aparelhos de rádio podem ser transformados em equipamentos transmissores. E com baixo custo.

Se tal possibilidade não se realiza tecnicamente, isso se dá por interesses políticos evidentes, já que os centros de poder não podem prescindir da divisão social do trabalho, em que produtores de um lado e consumidores de outro conformam a contradição de base das sociedades industriais modernas. (ENZENSBERGER apud MACHADO; MAGRI; MASAGÃO, 1987, p. 27)

Machado, Magri e Masagão (1987) observam que o governo é quem detém a hegemonia das ondas de radiofrequência, cujo controle é exercido por duas forças. A primeira é o poder institucional, que pode extinguir a concessão a qualquer momento se o Estado entender que o beneficiário não corresponde à sua confiança. Já o controle econômico é uma segunda forma de domínio contra os riscos de uma possível proliferação de vozes através da radiodifusão. Ao definir critérios específicos e “profissionais” para concessões de rádio, o governo restringe o acesso popular a esses

³ Termo empregado por Arlindo Machado, Caio Magri e Marcelo Masagão em “Rádios Livres – a reforma agrária no ar” (1987).



benefícios e concentra a distribuição de canais para os grandes grupos econômicos (MACHADO; MAGRI; MASAGÃO, 1987, p.29).

Em oposição a este controle que restringe a manifestação do pensamento nos veículos de comunicação de massa, surgiu no Brasil nos anos 70 o movimento das rádios livres democráticas. Sem autorização do governo para funcionar, eram emissoras de baixa potência montadas artesanalmente para servir como canal de manifestação de grupos populares, promovendo uma comunicação de mão dupla em que todos teriam a oportunidade de se apropriar do microfone e expressar suas ideias sem qualquer censura. É “tornar o meio tão transparente quanto possível, eliminando os intermediários, intérpretes, comentaristas e deixar que seus acontecimentos sejam reportados pelos seus próprios personagens” (MACHADO; MAGRI; MASAGÃO, 1987, p.30).

Numa era pré-internet, as rádios e televisões livres eram a melhor maneira de a sociedade fazer frente aos conglomerados e monopólios de comunicação de massa. Peruzzo (1998) explica que as rádios livres são uma forma de protesto contra o método de acesso aos instrumentos de massa, uma tentativa de “conquistar a liberdade de expressão a qualquer preço” (1998, p.5).

Mas a comunicação democrática teorizada por Brecht em 1932 só seria oficializada pelo Ministério das Comunicações em 1995. Em abril daquele ano, o ministro Sérgio Motta admitiu a existência de milhares de emissoras de baixa potência pelo Brasil e se comprometeu a regulamentar o seu funcionamento (PERUZZO, 1998, p.5). Três anos depois era sancionado o mecanismo de acesso a concessões de rádios de baixa potência: a Lei 9.612. As rádios livres ou piratas seriam agora rádios comunitárias, operadas por associações sem fins lucrativos com a missão de democratizar o acesso à comunicação. Mas com ressalvas.

Mesmo com a legalização da radiodifusão comunitária, o debate que se estabeleceu desde os anos 1970 pela criação de um marco legal se prolonga até hoje, uma vez que para a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço) a lei é restritiva. Segundo a entidade, há alguns limites que dificultam o cumprimento da missão de comunicar.

Para José Luiz Sóter, coordenador executivo da Abraço, esta “lei mínima” precisa ser revista⁴. A entidade pede a liberação da propaganda comercial do setor produtivo local e que as rádios comunitárias tenham um fundo de participação nas verbas

⁴ Entrevista concedida em 10/05/2012.



publicitárias do Estado. Entre as reivindicações da Abraço também está a ampliação da potência para que as emissoras cubram os municípios de grande extensão territorial.

Sóter também comenta que o Ministério das Comunicações não confere o caráter comunitário da entidade ao outorgar uma concessão de rádio. A falta de critérios na distribuição de canais, segundo ele, seria o principal causador da proliferação do que ele chama de “falsas comunitárias”, isto é, rádios vinculadas a organizações religiosas ou partidárias e grupos com fins lucrativos.

Na opinião do coordenador da Abraço, a mobilização popular pode reverter o processo. Para isto, o órgão pretende desenvolver um projeto de capacitação das comunidades por meio de cursos e seminários para provocar uma mobilização em torno da “desprivatização” das rádios que deveriam ser de uso comum. Sóter aponta também a necessidade de diálogo entre rádios e academia, que deve se debruçar sobre o conceito de comunicação comunitária e as formas de organizações sociais, para discutir modos de despertar a sociedade a respeito dos seus direitos à comunicação.

A vez de quem tem voz

A lei 9.612/98 prevê que as rádios comunitárias devem oportunizar a difusão de ideias, fomentar a formação e integração da comunidade, estimular a cultura e prestar serviços de utilidade pública. As emissoras devem dar preferência a finalidades educativas, artísticas e informativas, promovendo uma atividade jornalística que beneficie a comunidade. O desenvolvimento geral e a integração da população atendida pela rádio deve ser estimulado constantemente (BRASIL, 1998).

Além de ser representante de uma comunidade, o rádio tem a capacidade de despertar a socialização de seus ouvintes. A programação é um ponto em comum entre eles. “Firmando a audiência radiofônica como um hábito e transformando esta audiência em uma ‘ponte para o mundo lá fora’, ou seja, uma projeção ao ‘mundo exterior’, o ouvinte envolve-se em um diverso modo de socialização. Por ser ouvinte, ele experimenta, relaciona-se e inscreve-se em grupos que se fundam a partir, exclusivamente, desta audiência.” (SALOMÃO, p.125)

McLeish descreve que uma das características do rádio em geral é sua contribuição para a sociedade, pois pode promover a noção de comunidade ao facilitar o diálogo entre indivíduos e grupos. O rádio para a sociedade “atua como um vigilante sobre os que detêm poder, propiciando o contato entre eles e o público” (MCLEISH, 2001). E



exatamente por ser produto da comunidade, a programação da rádio tende a ter um vínculo orgânico com a realidade local, abordando as necessidades e interesses do público ao seu redor (PERUZZO, 1998).

Assim, é elementar que as pessoas tenham espaço para se expressar na grade de programação. “A utilização de opiniões de pessoas ‘comuns’ do povo acrescenta uma dimensão útil à cobertura de um tema que, de outra maneira poderia limitar-se a uma mera reportagem ou uma discussão em estúdio entre funcionários e especialistas” (MCLEISH, p. 123)

Mas o conceito de interatividade proposto aqui vai muito além das enquetes e dos tradicionais oferecimentos musicais por telefone praticados pelas emissoras convencionais. De acordo com Ortriwano (1998), “no sistema de exploração comercial da radiodifusão soa ingênuo e até utópica a proposta de que toda e qualquer pessoa possa vir a produzir os programas que venha a ouvir” (ORTRIWANO, 1998, p.14). A autora aponta que esta é uma questão que “extremamente atual” e que volta à tona em diferentes momentos da história.

No campo da comunicação comunitária, a interatividade não tem que ser uma opção, mas deve ser vista como o motor de todo processo. Este diálogo precisa ser estimulado por meio de um projeto de acesso ao radiojornalismo que proporcione espaços para a participação popular (MALULY, 2008). Para que isto ocorra, é necessário considerar que, ao invés de emissores e receptores, existem agora comunicadores. A notícia deve ser estabelecida como espaço público de debate, possibilitando ao cidadão comum obter subsídios para o diálogo cotidiano. (MALULY, 2008).

“Num diálogo, ninguém tenta vencer. Se alguém ganha, todos ganham. Há um espírito diferente. Não há tentativas de ganhar pontos ou de fazer prevalecer visões de mundo individuais” (BOHM, 2005, p.34-35). De acordo com Bohm, existe a dimensão coletiva do ser humano, que engloba a sociedade e a cultura. “É muito poderosa, tanto potencialmente quanto na prática. No diálogo, discutimos como dar algum tipo de coerência e ordem a este poder” (BOHM, 2005, p.160).

A interatividade deve ser vista como uma evolução com relação à comunicação permitida pelos meios unidirecionais e se caracteriza pela substituição da postura passiva por uma utilização ativa do meio. A configuração tecnológica dos novos meios permite o feedback imediato, simultâneo à emissão e enviado ao receptor pelo mesmo canal de transmissão utilizado pelo emissor. Quando se fala de interatividade permitida pelos novos meios, ou de modo mais geral,



pelos dispositivos informáticos, está-se falando de um tipo de comunicação possível graças às potencialidades específicas de determinadas configurações tecnológicas. (ORTRIWANO, 1998, p.29)

A participação popular em uma emissora de rádio está vinculada ao conceito de cidadania, o que segundo Ortriwano (1998) deve ser assimilado pelas emissoras e pela sociedade para permitir que o ouvinte expresse suas opiniões assumindo os riscos dessa participação.

Com o processo de abertura política foi necessário dar voz não apenas aos ouvintes, os receptores das mensagens: foi necessário, antes de mais nada, que os profissionais da comunicação, os emissores, recuperassem seu direito a ter voz sem censura oficial e, situação paradoxalmente mais complexa, aprendessem a ter voz sem autocensura. E para que todos tenham domínio sobre o direito de ter voz é necessário, antes, resgatar a própria cidadania, com seus direitos e deveres. (ORTRIWANO, 1998, p.19)

Gomes acrescenta que, salvo os interesses econômicos e políticos das emissoras, os comunicadores podem traçar um novo perfil do rádio, o que justifica a necessidade de ações para trabalhar o papel educador dos radialistas. Para a autora, é preciso habilitar os comunicadores para conversas mais consistentes com seu público, o que seria “ressignificar o rádio para atuação cooperante e concomitante nos muitos espaços educativos que se propõem ao serviço da democracia.” (GOMES, 2007, p.174)

Democrática, libertária e alternativa

Democratização do acesso à comunicação e programação musical alternativa. Este foi o propósito da Rádio Livre FM 97,1, fundada pela Associação Pró-Cidadania (APC) em Guaxupé-MG, no ano 1996. Numa época em que se discutia o marco regulatório das rádios comunitárias, a Rádio Livre de Guaxupé era uma novidade na cidade sul mineira de 50 mil habitantes⁵. O dial já era ocupado por uma rádio AM e outra FM, ambas tradicionais e de alta potência.

A Rádio Livre – ou “Rádio Pirata” para os que desconheciam o seu propósito – operou sem autorização até 1999, quando saiu do ar para aguardar uma possível concessão federal, o que ocorreu em 2002. Nascia então a Rádio Comunitária 87 FM, transmitindo agora em 87,9 MHz.

⁵ IBGE, 2010



Atual coordenador da Comunitária, Rodrigo Sá explica que uma das finalidades da rádio é dar voz ao cidadão para que este “realmente se aproprie da rádio como um veículo que também lhe pertence”⁶. Na opinião do coordenador, o respeito às diferenças deve ser um princípio básico da radiodifusão comunitária, daí a importância da pluralidade de vozes.

O caráter plural da rádio também é assimilado por outros integrantes. Juracélio Araújo, colaborador e comentarista esportivo, aponta que “quanto mais idéias e pensamentos diferentes, maior a possibilidade de transmiti-las ao ouvinte, que tirará suas próprias conclusões”. Para o colaborador Sebastião Romeiro, a população deve falar na rádio apenas assuntos “de interesse da comunidade”. Ana Cláudia Elias, responsável pela contabilidade da 87 FM, acredita que a principal finalidade da rádio é ser a “voz da população”, um meio onde as “pessoas menos favorecidas podem se manifestar e reivindicar os seus direitos”.

Seguindo este raciocínio, o iniciante repórter Adriel Moraes descreve que para ele um dos objetivos da rádio comunitária é “dar oportunidade para pessoas que tenham vontade de conhecer o que uma rádio faz” e também “conhecer o outro lado da pessoa que muita gente não conhece”. No ponto de vista da produtora Priscila Máximo, a finalidade da rádio comunitária é “proporcionar para os cidadãos uma oportunidade de expressar sua opinião com mais liberdade”.

No ar o Giro Por Guaxupé

Em seus primeiros anos, a 87,9 era essencialmente musical. Predominava a MPB, o flashback e o pop-rock. Sertanejo raiz e rap também tinham espaço. O “não se preocupe com audiência a todo custo”, era uma frase sempre presente no estúdio. Foi essa máxima que nos encorajou a colocar um jornalismo no meio das manhãs de 2006. Que nos desculpe o anunciante da loja de calçados que usa a comunitária como trilha sonora. Você gosta da programação musical, mas temos muita coisa pra falar. E tem que ser neste horário nobre.

De forma despreziosa nascia na primeira metade de 2006 o “Giro Pela Notícia”, um quadro no final do musical “Show da Manhã”. Começou com notícias extraídas da internet, de cunho nacional. Logo vimos a necessidade de abordar temas

⁶ As entrevistas com os membros da rádio foram realizadas em 07/05/2012.



locais. “Notícias obtidas na esquina são tão ou mais importantes do que as recebidas de outras partes do mundo” (CHANTLER; HARRIS, 1998).

Sem ter uma equipe de jornalismo nas ruas, apresentávamos de segunda a sexta das 10h30 às 11h notas curtas sobre fatos da cidade. Quando possível, nos intervalos das músicas realizávamos entrevistas por telefone com autoridades do município ou informações e comentários dos “repórteres” Jota Araújo e Aroldo Pontes, colaboradores da 87,9.

Ao longo dos meses seguintes, o “Giro Pela Notícia” foi ganhando corpo gradativamente. Crescia o espaço para a informação e o programa frequentemente ultrapassava o horário previsto para o seu encerramento. Em 2007 já era diário com uma hora e meia de duração. Eu apresentava e produzia o “Giro”, com a colaboração permanente do repórter Carlos Alberto e da produtora Priscila Zavagli.

Em 2009 o programa atingiu a sua maturidade e mudou de nome. Pela necessidade de incluir temas culturais, educativos e de utilidade pública, o “Giro Pela Notícia” agora era “Giro Por Guaxupé”, um programa de variedades⁷ com no máximo três músicas nos intervalos de suas duas horas diárias de duração.

Meu último ano como apresentador do programa foi em 2011. Na equipe fixa, agora éramos quatro. O repórter Rodrigo Sá, a produtora Priscila Máximo, o redator Fláveo Inácio e eu como apresentador/editor nos movimentávamos para proporcionar duas horas diárias de radiojornalismo predominantemente com assuntos da cidade.

Além deles, outras vozes compunham um corpo de colunistas. Eram pessoas da comunidade, nenhum “medalhão do rádio”. Um exemplo era o professor Adilson Ventura, responsável pelo “Compreendendo a Liguagem”, quadro semanal especializado em abordar a análise de discurso em áreas de conhecimento popular. O aposentado Pedro Geraldo era outro colunista que contribuía semanalmente divulgando as suas receitas culinárias. Junto com a equipe diária e os colunistas semanais, havia também a participação dos ouvintes e as oficinas de rádio que completavam o alicerce da pluralidade, como veremos logo mais.

Voltemos ao início. A eleição municipal de 2008 foi um momento importantíssimo na história da rádio. A 87 FM foi a primeira a divulgar o resultado das urnas: a vitória de um grupo político que jamais havia governado a cidade. Era o fim de uma dicotomia histórica. As expectativas da população em torno da nova administração

⁷ Programas de variedades são “informativos que mesclam jornalismo e prestação de serviços com uma pitada de entretenimento e cultura” (BARBOSA FILHO, 2009, p.139)



municipal eram grandes. E a rádio se tornou um canal de diálogo entre o novo governo e o povo.

Interatividade: ferramentas e ações

Antes de 2008, o “Giro” já proporcionava mecanismos de interatividade com a população. Porém, o vínculo se intensificou no período eleitoral daquele ano. Das convenções até os primeiros meses da nova administração municipal, o que se viu foi uma procura maciça da população pela rádio, com o objetivo de mostrar para o novo governo quais eram as vontades populares. É o rádio sincronizado com a cidadania. Agora, os ouvintes são também usuários da emissora.

Gostaria de perguntar ao [prefeito eleito] Roberto se a equipe de cargos nessa nova transição já está montada. Se não, gostaria de saber quais os critérios de avaliação para essas pessoas que irão ocupar cargos tão importantes na prefeitura. (E-mail da ouvinte identificada apenas por Viviane, enviado em 06/10/2008 durante a primeira entrevista do prefeito eleito realizada ao vivo no estúdio da Comunitária de Guaxupé)

Algumas ferramentas interativas foram criadas para facilitar o acesso à programação. Essa possível enviar perguntas para os entrevistados, comentar sobre os assuntos do programa, acrescentar novas informações aos fatos apresentados naquele momento, sugerir pautas, divulgar notas de interesse público, entre outros. E não só por telefone.

O “Giro Por Guaxupé” utilizava o endereço do e-mail da rádio e a caixa de entrada ficava permanentemente conectada. O MSN⁸, também aberto, convidava o ouvinte a conversar em tempo real com o apresentador do programa. Era o modo mais rápido de interferir na programação. Também havia no site da rádio⁹ um formulário para envio de mensagens, que chegavam imediatamente na caixa de correio eletrônico do estúdio ao vivo. Em três anos a Comunitária de Guaxupé recebeu 2.544 mensagens por este canal.¹⁰

⁸ MSN Messenger é um programa de mensagens instantâneas da Microsoft Corporation. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/MSN_Messenger, acesso em 05/05/2012.

⁹ <http://www.87fm.com.br>

¹⁰ Levantamento feito nos arquivos de e-mail da 87 FM considerando todas as mensagens enviadas pelo site de a 14 de agosto de 2008 a 14 de agosto de 2011, em todos os programas das 24 horas diárias de transmissão. Estes dados incluem pedidos musicais, mensagens em branco e “pedidos de alô”.



Secretário, o município de Guaxupé se inscreveu no PAC 2 do saneamento? O programa abrange os Municípios com menos de 50 mil habitantes. (Mensagem enviada pelo ouvinte Rafael Olinto através do formulário do site, durante entrevista ao vivo com o secretário de meio ambiente Mozart Faria em 27/07/2011)

Na página eletrônica da emissora ainda era disponibilizado um mural de recados para divulgação das opiniões em texto (que depois eram lidas no microfone). As redes sociais Twitter¹¹ e Facebook¹² não eram populares na época, mas foram implantadas depois de 2010, com resultados irrelevantes para este relato.

Para que os canais fossem utilizados a serviço do interesse público, a Comunitária criou um rótulo para os momentos de participação popular: o “Alô Comunidade”. O quadro não tinha duração definida e aparecia em média quatro vezes dentro do “Giro”. Com exceção de perguntas e observações que tinham potencial para alterar uma entrevista ou comentário, todas as demais mensagens do público eram incluídas no “Alô”, sempre após uma vinheta de abertura padrão.

Uma ouvinte que não quer se identificar, disse que as coisas não funcionam exatamente como o prefeito está falando. Ela concorda que ele não saiba tudo que está acontecendo na cidade, mas disse que o serviço não está sendo feito de forma correta. Ontem ela teve que chorar pra poderem marcar uma consulta pra ela fora de Guaxupé, pois aqui foi feita de forma errada. Também relatou que as vezes pega a receita e chega na Fepasa e não se tem o remédio. (Opinião de participante por telefone, anotada pela produtora Priscila Máximo em 31/03/2011 e encaminhada para ser lida pelo apresentador no “Alô Comunidade”)

A leitura de e-mails, conversas pelo MSN e retransmissão de mensagens do telefone eram lidas pelo apresentador. Mas havia uma minoria de ouvintes que preferia narrar com a própria voz.

Meu nome é Wilson, moro na Rua Capitão Américo Almeida Cyrino, no centro da cidade e o que está acontecendo é o seguinte: os caminhões de contêiner não param de passar. A primeira vezes eles disseram que não iam parar porque não estava pronto o trevo. Agora o trevo ficou pronto, a gente foi reclamar de novo e é uma vergonha porque eles estão dizendo que agora é falta de sinalização. Será que é tão difícil assim colocar uma placa dizendo “caminhões, sentido obrigatório”? (Comentário do ouvinte que se identificou apenas por Wilson, em 18/03/2008)

¹¹ <http://www.twitter.com>

¹² <http://www.facebook.com>



As participações por voz não aconteciam ao vivo por três motivos. O primeiro: estético. Era plasticamente agradável a entrada de uma voz estranha no programa sem ser introduzida pelo locutor. O segundo: o ouvinte só participa baseado em sua necessidade individual. Doe, telefonou. Foram frustradas as tentativas de “ligue agora e fale”. Por fim, a participação ao vivo sempre foi temida pelos entrevistados, principalmente os políticos. Alguns só participavam se as perguntas dos ouvintes fossem lidas pelo apresentador. Justa preocupação em uma sociedade permeada por intrigas e interesses pessoais. Eis a importância da mediação para coibir o abuso de “fanáticos” e “exibicionistas” (MCLEISH, 2001). Se a rádio “simplesmente abrir as linhas de telefone, o resultado será uma confusão irremediável” (2001, p.114).

Para finalizar esta descrição dos canais interativos da 87 FM de Guaxupé, é pertinente comentar sobre três ações promovidas pela rádio numa tentativa de maior aproximação do público.

A primeira delas foi tentar reunir alguns ouvintes que participavam com mais frequência para opinar sobre a conduta da rádio. Embora as atas da Associação Pró-Cidadania registrassem a existência de um conselho comunitário previsto em lei¹³, estes nomes raramente interagiam com o dia-a-dia da emissora. Daí a necessidade de um “conselho informal” para deliberar a respeito da programação.

Em 27 de junho de 2011, a Comunitária promoveria um encontro com seu público. Chamadas convocando a população foram veiculadas no “Giro”, mas ninguém se interessou. Fizemos então o convite individualmente para alguns ouvintes selecionados. Nove compareceram e opinaram sobre a nova grade de programação que seria inaugurada no mês seguinte.

O encontro serviu para levantar sugestões, como a necessidade de um comentarista político na rádio para explicar as reuniões da Câmara. O excesso de esporte no “Giro” das segundas-feiras e a relevância de um programa sobre os problemas dos bairros foram também apontados. A reunião foi produtiva, porém não se repetiu por falta de planejamento.

A segunda tentativa de aproximação da população foi a invenção do “Estúdio Itinerante”, isto é, a apresentação do “Giro” de pontos distintos da cidade. A cada

¹³ “A entidade autorizada a explorar o Serviço deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º desta Lei.” (BRASIL. Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.)



quinta-feira, um novo local. Em sua primeira fase, o projeto percorria entidades filantrópicas e órgãos públicos. Numa segunda etapa, escolhemos a praça central da cidade como palco para o “Estúdio Itinerante”. O objetivo era divulgar a feição social da rádio e abrir mais um canal de expressão de ideias. É levar o rádio para perto de quem tem voz.

A transformação da Comunitária em um laboratório de rádio permanente foi a terceira ação na busca pela conversão de ouvintes em usuários. Em 2011, a rádio desenvolveu oficinas com um grupo de terceira idade, jovens do ensino médio e integrantes do Centro de Atenção Psicossocial, o CAPS. Mais do que prover o contato com os bastidores da notícia, o laboratório possibilitou a inclusão destes grupos em um patamar de destaque na cidade. No horário nobre da programação, a pirâmide social era invertida. A pluralidade estava no ar.

Considerações finais

Não adianta um único elemento ter compreensão do poder transformador do “rádio para todos” se os demais membros da emissora/associação não assimilarem esta ideia. O sucesso do rádio democrático de Brecht depende de um entendimento mútuo entre conselho comunitário (formal ou informal), equipe da rádio e ouvintes – que agora devem entender a sua condição de usuário.

Não basta a mera criação de canais de interatividade. É preciso convidar a comunidade para tomar café na rádio, conversar sobre a entrevista do secretário de meio ambiente, discutir a falta de emprego e comentar sobre o novo programa de música instrumental. Estaremos na praça, se for preciso!

O rádio que se propõe a ter usuários em vez de ouvintes não pode assumir uma postura preguiçosa e passiva caso a comunidade não demonstre interesse em participar. Não é desprezo da parte deles, mas sim uma natural dificuldade em compreender o novo. Afinal, nesta sociedade egoísta quem vai me permitir interferir no seu trabalho? Como registrou Gisela Ortriwano, a noção de usuário é praticamente utópica nas rádios comerciais, mas deve ser forçosamente estimulada pelas emissoras comprometidas com o desenvolvimento social.

A sustentabilidade da rádio também é fator indissociável a esta discussão. Durante o período descrito neste texto, a 87 FM de Guaxupé se manteve exclusivamente com a verba de apoio cultural de empresas da cidade, que veiculavam na grade vinhetas de até



dez segundos, citando somente o nome do apoiador e seu *slogan*. O “Giro Por Guaxupé” não tinha apoiadores próprios, o que garantia ainda mais a liberdade editorial do programa.

Em uma cidade onde o mercado publicitário era dividido com mais outras duas rádios, três jornais impressos, três jornais on-line, uma TV e uma revista, a tarefa de sobrevivência não era fácil. O que prejudicava o jornalismo na 87,9 não era a ingerência de grupos econômicos ou políticos, mas a dificuldade da própria equipe em se dedicar integralmente à programação. Mesmo com tantas vozes e fontes à disposição, muitos assuntos foram tratados superficialmente por falta de planejamento, já que os integrantes da equipe tinham que exercer outras atividades para complementar a renda.

Por fim é preciso considerar a relevância de uma gestão de pessoas que compreenda as diferenças e saiba estimular os desafios individuais dos envolvidos nesta radiodifusão dos sonhos. Não queremos, obviamente, padronizar a maneira de agir dos líderes de movimentos de comunicação comunitária, mas é prudente apontar algumas raízes que norteiam a boa condução do trabalho ideal. São elas: admitir os erros, dar voz às opiniões contrárias aos seus valores particulares e lutar permanentemente contra a tentação de usar a rádio em benefício próprio.

Referências

- BARBOSA FILHO, André. **Gêneros radiofônicos**: os formatos e os programas em áudio. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2009.
- BOHM, David. **Diálogo**: Comunicação e redes de convivência. São Paulo: Editora Palas Athena, 2005.
- BRASIL. **Lei nº 9.612**, de 19 de fevereiro de 1998. Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.
- BRECHT, Bertolt. **Teoria do rádio** (1927-1932). In MEDITCH, Eduardo (org.). Teorias do rádio. Florianópolis: Insular, 2005, pp. 35-45.
- CHANTLER, Paul & HARRIS, Sim. **Radiojornalismo**. São Paulo: Summus, 1998.



DEL BIANCO, Nélia R. MOREIRA, Sônia Virgínia. **Rádio no Brasil, Tendências e Perspectivas**, Rio de Janeiro: Eduerj; Brasília: UNB, 1999.

GOMES, Ana Luisa Zaniboni. **Na boca do rádio: o radialista e as políticas públicas**. São Paulo: Hucitec / Oboré, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://bit.ly/gCRmEM>. Acesso em: 02 mai. 2012.

MACHADO, Arlindo, MAGRI, Caio e MASAGÃO, Marcelo. **Rádios Livres**. A Reforma Agrária no Ar. São Paulo, Brasiliense, 2. ed., 1987.

MALULY, Luciano Victor Barros. **O Rádio Democrático** - alternativas para a Ciência do Jornalismo. INTERCOM (São Paulo), v. 1, p. 1-10, 2008.

_____. **Manifesto para a ampliação das vozes e das notícias no radiojornalismo brasileiro**. Rumores, v. 1, p. 1-12, 2007.

MCLEISH, Robert. **Produção de Rádio: um guia abrangente de produção radiofônica**. Tradução de Mauro Silva. São Paulo: Summus, 2001.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. 5. ed. São Paulo: Summus, 1985.

_____. **Interatividade entre Rosas e Espinhos** IN Revista Novos Olhares, São Paulo, ECA/USP, Ano I, nº 2, 2º Semestre de 1998, pp. 13-30

SALOMÃO, Mozahir. **Jornalismo Radiofônico e Vinculação Social**. São Paulo: Annablume, 2003.